ÍNDICE SISTEMÁTICO

Trabalhos publicados 5
Breve currículo do autor 13
Nota à 10ª edição 17
Siglas e abreviaturas 21

CAPÍTULO 1
ORIGENS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Perfil constitucional 37
2. Raízes remotas 39
4. Origens lusitanas 40
3. Origens francesas 42
5. Conclusão sobre as origens da instituição 44
6. Origem da expressão "Ministério Público" 46

CAPÍTULO 2
O MINISTÉRIO PÚBLICO NO BRASIL

1. Do Brasil-Colônia aos nossos dias 49
2. O Ministério Público nas Constituições anteriores 53
3. A Lei Orgânica Nacional do Ministério Público 56
4. A Lei Orgânica do Ministério Público da União 58
5. O Ministério Público paulista 58

CAPÍTULO 3

VISÃO CRÍTICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A formação profissional do promotor de Justiça 63
2. O recrutamento do promotor de Justiça 65
3. Campo de atuação do Ministério Público 69
4. As primeiras dificuldades do promotor de Justiça 71
5. Destinação institucional 78
6. A presença social do Ministério Público 79
7. O Ministério Público e a ética 85
   a) Os deveres, as proibições e os impedimentos 87
   b) Os preceitos éticos 90

CAPÍTULO 4

TRABALHOS PREPARATÓRIOS PARA A CONSTITUIÇÃO DE 1988

1. Origens próximas do texto constitucional de 1988 93
2. Antecedentes da *Carta de Curitiba* 94
   a) O VI Congresso Nacional do Ministério Público 95
   b) A pesquisa da Conamp 95
   c) O Anteprojeto da Comissão de Estudos Constitucionais 96
3. A *Carta de Curitiba* 97

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DO TEXTO CONSTITUCIONAL

1. Visão geral 110
2. Posicionamento constitucional 114
3. Dispositivos comuns 118
4. Conceito 118
   a) Instituição permanente de caráter nacional 119
   b) Zelo das principais formas de interesse público 121
   c) O Ministério Público e a função jurisdicional 123
   d) A defesa da ordem jurídica 124
   e) Ministério Público e democracia 125
   f) Defesa dos interesses sociais e indisponíveis 130
5. Princípios institucionais: unidade, indivisibilidade e independência 131
   a) Generalidades 131

b) Os limites da independência funcional 138
c) A atuação uniforme da instituição 145
6. O princípio do promotor natural e as designações do procurador-geral 153
a) O promotor natural 153
b) O poder de designar 161
c) A recusa do designado 166
d) Controvérsias sobre diligências no inquérito policial 168
7. Hierarquia e independência 177
8. Unidade e indivisibilidade do Ministério Público diante da incompetência do juízo 178
9. Autonomia institucional 180
a) A autonomia funcional da instituição 184
b) Autonomia administrativa e financeira 185
c) A executoriedade dos atos 192
d) Iniciativa do processo legislativo 194
10. Os vários Ministérios Públicos e os conflitos entre eles 198
a) Ministério Público da União e Ministérios Públicos dos Estados 200
b) Ministério Público do Distrito Federal e Territórios 201
c) Ministério Público Federal, do Trabalho e Militar 204
11. O Ministério Público de Contas 205
12. O procurador-geral da República 213
a) Quem pode ser procurador-geral da República 217
b) Destituição do procurador-geral da República 221
c) Substituição do procurador-geral da República 222
13. Os demais procuradores-gerais 223
a) A investidura 223
b) A vacância do cargo 229
c) A destituição 232
d) Substituição 236
e) Apreciação conclusiva 238
14. Litisconsórcio de Ministérios Públicos 238
15. Organização, atribuições e estatuto 243
16. Garantias e prerrogativas 247
a) Independência funcional, inamovibilidade e promotor natural 252
b) Vitaliciedade e perda do cargo 260
c) Irredutibilidade de subsídios 275
d) A questão do teto remuneratório 278
e) Foro por prerrogativa de função 280
f) Remoção e promoção 293
g) Aposentadoria 299
h) Direitos previdenciários 301
i) Responsabilidade 301

17. Vedações 301
a) Generalidades 301
b) Recebimento de honorários ou custas 304
c) Exercício da advocacia 305
d) Participação em sociedade comercial 306
e) Outra função pública 308
f) Atividade político-partidária 317
g) Recebimento de auxílios ou contribuições 323
h) Exercício posterior da advocacia 324
i) A liberdade de manifestação 325
j) Limites à medida provisória 326
k) Impedimento e suspeição 333
l) Sanções aos membros do Ministério Público 333
18. Crítica ao sistema de garantias e vedações 334
a) Escolha do procurador-geral 334
b) Inamovibilidade 337
c) Irredutibilidade de subsídios 337
d) Vedações 340
e) A redução de garantias pelo poder constituinte derivado ... 341
19. A opção pelo regime anterior 348
20. Isonomia de subsídios 353
a) Generalidades 353
b) Cargos 359
c) Agentes 359
d) Funções 360
e) Atributos gerais 361
21. Funções típicas 363
22. Funções atípicas 364
23. Objetivo comum nas funções típicas e atípicas 368
a) Generalidades 368
b) O Ministério Público é parte imparcial? 372
24. Funções privativas e concorrentes e instrumentos de atuação funcional 378
a) Ação penal pública 379
b) O defensor do povo 394
c) A promoção da ação civil pública e do inquérito civil 398
d) Ação de inconstitucionalidade e representação interventiva 408
e) Defesa dos interesses das populações indígenas 414
f) Notificações e requisições 416
g) Acesso a informações sigilosas 422
h) Controle externo da atividade policial 426
i) Norma de encerramento 432
j) Legitimação concorrente 433
k) Distribuição de processos 433

25. Vedação de promotor *ad hoc* 434
26. Residência na comarca 435
27. Concurso de ingresso 436
28. A representação da Fazenda 438
29. Dispositivos extravagantes 439
30. O chamado *quinto constitucional* 441
31. O Conselho Nacional do Ministério Público 443
32. As Ouvidorias do Ministério Público 449
33. A legislação sobre o Ministério Público 451
34. Conclusão 452

CAPÍTULO 6
A LEI ORGÂNICA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A Constituição e a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público 454
   a) Antecedentes legislativos 454
   b) A natureza jurídica da LONMP 455
   c) Consequências da Lei n. 8.625/93 465
2. Conceituação de Ministério Público 467
3. Disposições gerais da Lei n. 8.625/93 468
4. Órgãos do Ministério Público 469
5. Órgãos de administração 474
   a) A Procuradoria-Geral de Justiça 474
   b) O Colégio de Procuradores de Justiça 483
   c) O Conselho Superior do Ministério Público 485
   d) A Corregedoria-Geral do Ministério Público 487
   e) As Procuradorias e as Promotorias de Justiça 489
6. Órgãos de execução 494
   a) Atribuições comuns 495
   b) O procurador-geral de Justiça 495
   c) O Colégio de Procuradores de Justiça 499
   d) O Conselho Superior do Ministério Público 500
   e) Os procuradores de Justiça 501
   f) Os promotores de Justiça 508
   g) Os atos executórios 512
7. Órgãos auxiliares 512
   a) Os centros de apoio operacional 513
   b) A comissão de concurso de ingresso 514
   c) O centro de estudos e aperfeiçoamento funcional 515

8. Atividades auxiliares 516
a) As atividades de apoio administrativo 516
b) Os estagiários 516
c) A comissão processante permanente 519
9. Pluralidade de membros no mesmo feito 519
a) A posição clássica 519
b) Insuficiência da solução clássica 520
c) As atribuições previstas na legislação estadual 521
d) Um único membro no processo ou procedimento 523
e) A curadoria especial do réu ausente 525
f) Critérios para a solução dos conflitos 525
10. Foro por prerrogativa de função 525
11. Demais garantias e prerrogativas 530
12. Deveres 537
13. Faltas e penalidades 539
a) Infrações disciplinares 539
b) Sanções disciplinares 541
c) As penas em espécie 542
d) A remoção compulsória 544
e) Critérios para aplicar a pena 545
f) A prescrição das infrações disciplinares 545
g) A disponibilidade 548
h) O procedimento disciplinar de ofício 550
14. Responsabilidade penal, civil, administrativa e política 551
15. Processo administrativo 551
16. Subsídios, vantagens e direitos 555
17. Contagem de tempo de serviço 556
18. O direito a férias 557
19. Os atos praticados nas férias 558
20. Afastamentos do cargo 561
21. A carreira 565
22. Defesa da União e consultoria das entidades públicas 580
23. Justiça Eleitoral 581
24. Justiça Militar Estadual 586
25. O Ministério Público de Contas na LONMP 587
26. Proibição de promotor *ad hoc* 588
27. Promoção direta de diligências 592
28. Conflitos de atribuições 593
29. Dia do Ministério Público 599
30. Os vetos 600
31. Impedimento e suspeição 601

CAPÍTULO 7
A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

1. O Ministério Público da União 609
2. As atribuições do Ministério Público na LC n. 75/93 612
3. Órgãos do Ministério Público da União 624
4. Órgãos do Ministério Público Federal 624
   a) A chefia do Ministério Público Federal 625
   b) O Colégio de Procuradores da República 625
   c) O Conselho Superior do Ministério Público Federal 625
   d) As Câmaras de Coordenação e Revisão 626
   e) A Corregedoria do Ministério Público Federal 626
   f) Os subprocuradores-gerais da República 627
   g) Os procuradores regionais da República 627
   h) Os procuradores da República 627
   i) As funções eleitorais do Ministério Público Federal 628
5. Os outros ramos do Ministério Público da União 628
   a) A organização do Ministério Público do Trabalho 629
   b) A organização do Ministério Público Militar 630
   c) A organização do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios 632

CAPÍTULO 8
A LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO PAULISTA

1. Antecedentes legislativos 635
2. A Lei Orgânica Estadual do Ministério Público 641
3. Os poderes do procurador-geral 645
4. Organização e estatuto do Ministério Público 649
5. A carreira do Ministério Público paulista 650
6. Deveres e vedações 651
7. Infrações disciplinares 652
8. Direitos 652
9. Garantias e prerrogativas 653
10. Regime disciplinar 653
11. Penalidades administrativas 654
12. Processo disciplinar 656
13. Disposições finais e transitórias 656

CAPÍTULO 9

ATUAÇÃO PROCESSUAL PENAL

1. O processo penal em geral 659
2. O inquérito policial 660
   a) O controle externo da atividade policial 660
   b) O promotor que investiga os fatos 660
   c) O arquivamento do inquérito policial nos tribunais 661
   d) A constitucionalidade do arquivamento de inquéritos 662
3. O Ministério Público é parte no processo penal 663
4. A *parte imparcial* 664
5. Atribuições do promotor de Justiça criminal 664
6. Recomendações diversas 665
7. O princípio da titularidade da ação penal 667
8. A ação penal subsidiária 667
9. O processo acusatório 667
10. O princípio da obrigatoriedade da ação penal pública 668
11. Ação penal dependente de representação 670
12. A ação penal pública incondicionada 670
13. O arquivamento de inquérito em caso de legítima defesa 671
14. Promotorias especializadas 672
15. Algumas cautelas nos juizados especiais criminais 673

CAPÍTULO 10

ATUAÇÃO PROCESSUAL CIVIL

1. O processo civil em geral 675
2. A obrigatoriedade da ação civil pública 678
3. A não propositura da ação civil pública 678
4. O Ministério Público parte e fiscal da lei 679
5. A obrigatoriedade de assumir a ação 679
6. A desistência pelo Ministério Público 679
7. Desistência e renúncia do recurso 680
8. A transação 680
9. A obrigatoriedade da execução 681
10. Atuação interventiva 681
11. Vinculação ou desvinculação ao interesse 682

12. Limites da atuação vinculada 683
13. Natureza jurídica da intervenção pela qualidade da parte 684
14. Hipóteses de intervenção protetiva 684
15. Jurisdição voluntária 685
16. Promotoria de Justiça cível 685
17. Promotoria de Justiça de falências 686
18. Promotoria de Justiça de acidentes do trabalho 687
19. Promotoria de Justiça de família 687
20. Promotoria de Justiça da infância e da juventude 688
21. Promotoria de Justiça de registros públicos 688
22. Promotoria de Justiça do meio ambiente 689
23. Promotoria de Justiça do consumidor 689
24. Promotoria de Justiça de mandados de segurança 690
25. Promotoria de Justiça do patrimônio público e social 691
26. Promotoria de Justiça de habitação e urbanismo 691
27. Promotoria de Justiça de direitos humanos 692
28. Promotoria de Justiça de repressão à sonegação fiscal 692
29. Promotoria de Justiça de combate à violência doméstica 692
30. Promotoria de Justiça de saúde pública 693

CAPÍTULO 11
RESPONSABILIDADE DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A responsabilidade dos agentes públicos 695
2. A responsabilidade do membro do Ministério Público 699
3. A atividade opinativa 704
4. A questão da responsabilidade por culpa 705
5. A ação de responsabilidade civil 707
6. A denunciação da lide 709
7. A responsabilização de membro do Ministério Público por medida provisória 709
8. Responsabilidade política 713
9. Litigância de má-fé 715
10. Considerações conclusivas 718

CAPÍTULO 12
OS DESAFIOS ATUAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. Visão geral 719
2. *Accountability* 722
3. Conclusão 726

Bibliografia específica 727
Índice alfabético-remissivo 741